



VIOLÊNCIA E SAÚDE: BREVES APONTAMENTOS GEOGRÁFICOS

Luciana Maria da Cruz¹
José Alcindo Sá²
Revisão da Literatura

Resumo

A violência torna-se um problema de saúde pública na medida em que causa danos psicológicos, reduz a expectativa de vida e proporciona grandes despesas ao sistema de saúde. Por meio de uma breve revisão da literatura foi possível perceber que muito se fala em geografia e saúde e também entre saúde e violência, mas não foi encontrado, ao menos nesta pesquisa, o que não quer dizer que não exista, uma abordagem integrada da relação espacial entre saúde e violência. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo trazer à tona algumas possíveis relações entre a ciência geográfica, a saúde e a violência, a fim de, contribuir na busca por solução aos problemas oriundos deste bem, a saúde, e deste mal, a violência.

Palavras-chave: violência; saúde; geografia.

Introdução

Considerando o fato, enunciado pelo Ministério da Saúde, de que a principal ameaça hoje a vida dos jovens brasileiros não são as doenças e sim a violência (MS 2005) e que esta representa a terceira causa de mortes na população em geral (MS 2008), cabe, portanto, trazer ao debate da geografia da saúde a relevância deste fenômeno enquanto problema não apenas de segurança, mas que envolve também saúde pública. Os efeitos negativos da violência englobam várias dimensões da vida humana (econômica, política, sócio-cultural). Sobre alguns destes efeitos Soares afirma:

Crime e violência têm muitas implicações para o bem-estar potencial. Representam consequências diretas para a quantidade e qualidade de vida, como a redução do tempo de vida, difundido sentimento de insegurança e mudanças de comportamento destinadas a evitar o crime (2009, p. 28, tradução nossa).

¹ Geógrafa, Doutoranda em Geografia – UFPE. E-mail: lucianacruzpe@yahoo.com.br

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPE. E-mail: Alcindo-sa@uol.com.br



A geografia enquanto ciência do espaço deve contribuir na busca por soluções aos problemas enfrentados pela sociedade, tentando desvendar as correlações espaciais existentes. Bezerra assegura que:

Os proeminentes diálogos entre os estudos geográficos e aquele do campo das políticas de saúde tem se consolidado cada vez mais no cenário nacional. Isso expressa a pertinência de pesquisas interdisciplinares que busquem um planejamento condizente com a realidade territorial, mas também um aperfeiçoamento das práticas cotidianas dessas políticas (2008, p. 145)

Saúde e Violência são temas cujas relações espaciais são notáveis tanto no que tange a gestão dos serviços públicos e privados de saúde e segurança como nas transformações espaciais que acarretam. Assim, este trabalho se inicia com o questionamento e esclarecimento sobre se a violência constitui de fato um problema de saúde, assunto controverso em algumas discussões. Em seguida são feitos alguns apontamentos sobre como violência e saúde possui correlações espaciais relevantes e como a ciência geográfica pode colaborar na busca por melhorias nestas áreas de forma integrada.

1- Violência: um problema de saúde pública?

A violência tem estado na pauta das discussões sobre saúde pública. A nível internacional há um consenso de que por provocar alterações a saúde e representar um risco a vida e pelo agravamento das taxas e mortes provocadas pela violência, esta adquire assim, cada vez mais visibilidade nesse meio. Segundo a Organização Panamericana de Saúde:

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de seqüelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países (...). O setor Saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE, 1994, p. 5, apud MINAYO, 2005).

Contudo, a violência é um fenômeno dotado de uma complexidade que dificulta até mesmo sua definição. Contudo, neste trabalho concebe-se a violência como fenômeno social, no qual, um ou vários atores agem de maneira a causar danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, psíquica,

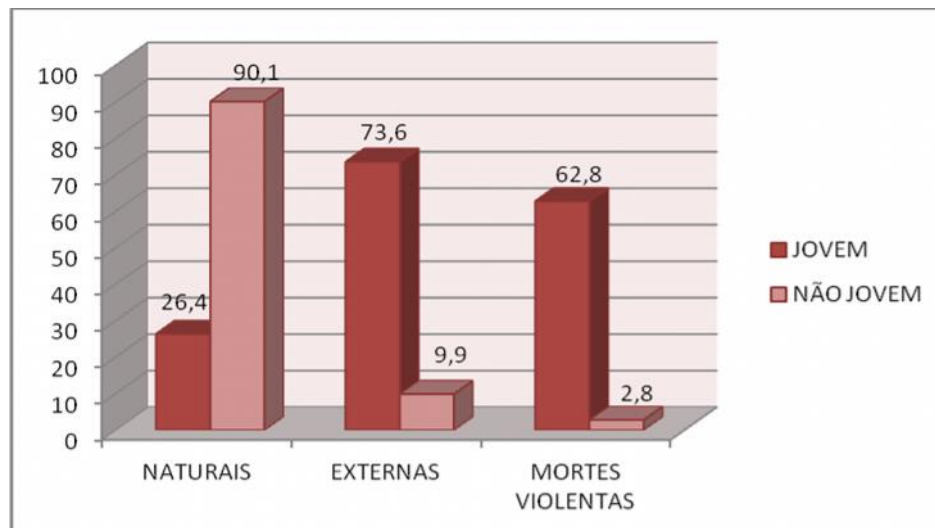


moral, em suas poses ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989). É dotado de uma multicausalidade que se torna uma barreira no seu controle. Com isso, Minayo (2005) esclarece que:

Em sua origem e manifestações, a violência é um fenômeno sociohistórico e acompanha toda a experiência da humanidade. Portanto, ela não é, em si, uma questão de saúde pública. Transforma-se em problema para a área, porém, porque afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor. (2005, p 10)

Sua relevância neste ramo se revela cada vez mais pelos custos que a violência impõe ao setor de saúde. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (2008) o Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal porta de entrada-atendimento dos casos de violências e acidentes: as causas externas chegaram a representar 700 mil internações por ano. Em 2007, esses gastos hospitalares chegaram a R\$ 661 milhões. As causas externas compreendem os acidentes e homicídios, entre outros, englobando todas as mortes violentas.

Graf.1 Causas de mortalidade jovem e não jovem (%) no Brasil, 2008.



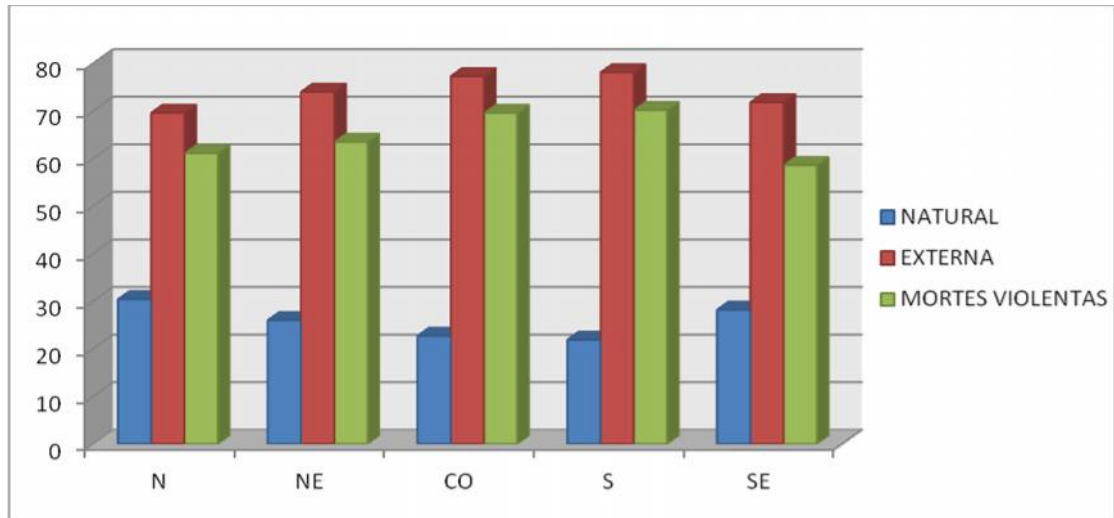
Fonte: SIM/SVS/MS – Mapa da violência 2011 (Adaptado pelo autor)

O gráfico revela um fato, já bastante divulgado em estudos de violência, que as mortes por causas externas no Brasil predominam sobre a população jovem (15 a 24 anos) e que grande parte destas mortes se dão de forma violenta (homicídio, acidentes de trânsito e suicídio). Entre os não jovens (0 a 14 e acima de 24) predominam as mortes naturais. Os gráficos (2 e 4) mostram que esta condição



sobre a população jovem se estende para todas as regiões do Brasil e para os estados do Nordeste.

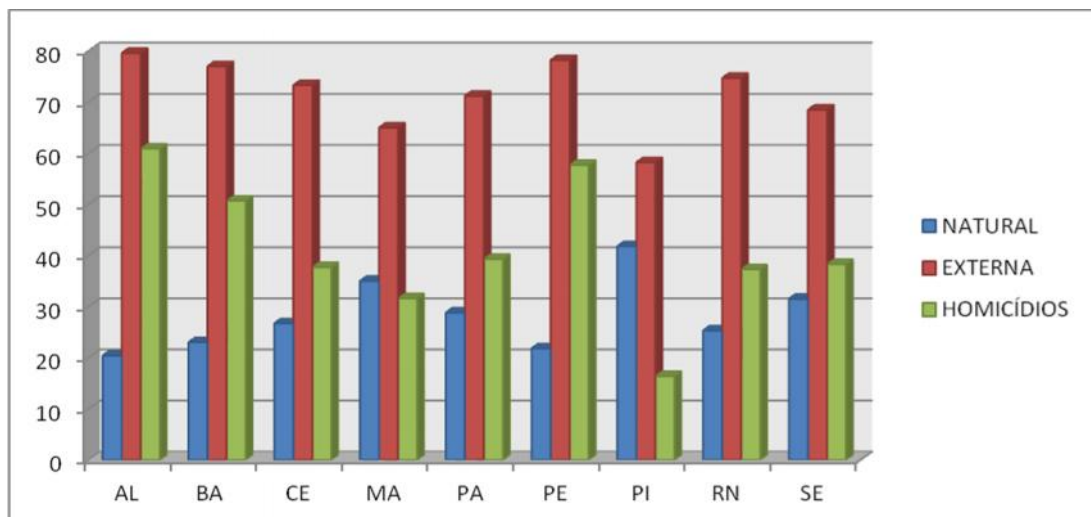
Graf.2 Causas de mortalidade jovem (%) nas regiões do Brasil, 2008.



Fonte: : SIM/SVS/MS – Mapa da violência 2011 (Adaptado pelo autor)

Em relação as regiões percebe-se que no Norte e Nordeste, na faixa jovem, a proporção de mortes por causas naturais é mais elevada do que no Sul e Centro-Oeste, Waiselfisz (2011) esclarece que este fato pode ser atribuído às dificuldades relativas de acesso aos sistemas de saúde.

Graf.3 Causas de mortalidade jovem (%) nos Estados da Região Nordeste, 2008.



Fonte: : SIM/SVS/MS – Mapa da violência 2011 (Adaptado pelo autor)

Observa-se que nos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio no período. Alagoas lidera o ranking das cidades mais violentas do Brasil e Pernambuco desde a implantação da



política estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida, em 2007 tem conseguido uma redução nas taxas de homicídios, entretanto, está longe de alcançar índices aceitáveis porque o combate a violência requer ações em diversas esferas de ação. Ao tratar sobre os custos da violência para o sistema público de saúde no Brasil Rodrigues et. al. (2009) esclarece:

[...] limitações nos dados disponíveis dificultam o cálculo direto do custo da violência para o sistema de saúde pública no Brasil. [...] as informações disponíveis não permitem uma distinção dos procedimentos – e custos associados – adotados para o tratamento das vítimas de violência daqueles atendimentos devido às demais causas de morbidade, no nível ambulatorial do SUS. De fato, o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) incorpora desde consultas de atendimento básico até os procedimentos realizados por prontos-socorros e ambulatórios de urgência/emergência, mas não classifica as informações de acordo com o tipo de doença (causa) do atendimento. Especialistas em saúde, como Jorge & Koizumi (2000-2004), avaliam que o atendimento de urgência/emergência represente parte importante dos gastos com as vítimas de acidentes e violências (RODRIGUES, 2009, p 20-30).

Mesmo não obtendo precisamente os custos econômicos do sistema de saúde com a violência, alguns esforços chegam a estimativas milionárias. Desta forma, torna-se coerente conceber a violência como um problema de saúde pública, pelas diversas implicações que acarreta neste setor e no bem estar da população. A partir disso, é importante ressaltar como ambos estão relacionados ao espaço geográfico.

Apontamentos geográficos: como a melhoria das condições espaciais promove saúde e combate a violência?

O espaço geográfico, lugar de interações entre o físico e o humano, o local e o global, de objetos e ações indissociáveis (SANTOS, 2008), desempenha um papel preponderante tanto na promoção da saúde como da segurança. No que diz respeito à saúde tanto as condições físicas do ambiente como: a qualidade do ar, das águas, saneamento, entre outros, como a distribuição, e conseqüente promoção de acesso a população aos serviços de saúde, são fatores relevantes na promoção de uma cidade saudável. Já no que tange a segurança, as condições físicas do ambiente pode se apresentar como entrave ou mesmo facilitar atividades criminosas, como: rotas de fugas, degradação patrimonial ¹, entre outros, bem como a eficácia dos



serviços de combate ao crime e a violência depende de uma operacionalização espacial planejada e eficiente para sua adequada prevenção e combate. Tratam-se de serviços essenciais a vida e ao bem estar comum e dependem de condições espaciais favoráveis.

Sabe-se que a violência distribui-se de forma heterogênea no território², e que ela constitui um dos maiores custos ao sistema de saúde, logo, seu impacto neste sistema também se torna heterogêneo, uma vez que despesas com atendimento e tratamento por causas violentas serão maiores nas áreas mais afetadas por este fenômeno. Ou seja, os impactos são proporcionais e assim seus custos, o que nos leva a considerar que ao pensar em soluções para a área da saúde deve-se estar atento a situação de exposição à violência dos diferentes lugares e vice-versa. Esta articulação constitui medida preponderante ao se pensar em saúde e bem estar social e na elaboração de políticas públicas.

Além dos danos físicos, a violência provoca danos bem mais abrangentes, que são os danos psicológicos. Há uma forte discussão na atualidade sobre o medo generalizado da violência, que muda os hábitos das pessoas, inibindo até mesmo a prática de hábitos saudáveis como caminhar ou correr em ambientes públicos e naturais, manter práticas de sociabilidade em detrimento do isolamento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), município saudável é aquele que melhora de modo contínuo o seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade. Baseada nesse conceito, a OMS lançou, na década de 1980, a proposta “Cidades Saudáveis” (RIGHETTI, 2004). A proposta das Cidades Saudáveis surgiu da percepção de que grandes gastos com saúde não produzem, necessariamente uma população mais saudável. Assim, a OMS propôs a promoção da saúde através de investimentos em qualidade de vida e na melhoria das condições ambientais (MENDES, 2000). Constitui um movimento efetivado em diversas cidades no mundo. O Brasil, no entanto, ainda está longe de atingir tais objetivos com grande parte da população vivendo em condições precárias de habitação, saúde, educação e segurança. Esta atmosfera desfavorável afeta, sobretudo, as populações carentes que estão expostas aos diversos riscos ambientais. Carecem, portanto não apenas do acesso aos serviços de saúde e de segurança, mas de um conjunto de medidas relativas ao espaço que proporcione uma vida digna e saudável.



Considerações Finais

Como já mencionado, as condições do ambiente são muito importantes tanto para a prevenção dos problemas de saúde como para a prevenção da violência. Quanto mais degradado o lugar mais insalubre e potencialmente propício ao cometimento de crimes. O adequado e igualitário provimento de infra-estrutura urbana e o acesso a serviços básicos, ao lazer, entre outros, são condições indiscutíveis a promoção da qualidade de vida. Enfim, viver bem e de forma digna é uma poderosa ferramenta contra muitas formas de manifestação da violência. Todavia, a promoção de uma vida saudável e mais segura não passa apenas pela responsabilidade do poder público, como muitos acreditam, passa, sobretudo, pela responsabilidade da sociedade como um todo e de cada um individualmente. Infelizmente, assiste-se a degradação do meio ambiente, ao acirramento de uma segregação sócioespacial, a manutenção de uma desigualdade brutal, e até mesmo a degradação da saúde autoinfligida pelo consumo de drogas lícitas e ilícitas. Contudo, mesmo longe de possuir cidades consideradas saudáveis no Brasil, não se pode deixar de vislumbrar e buscar este objetivo.

Notas:

1 - Estudos criminológicos indicam que ambientes degradados como prédios abandonados ou deteriorados, terrenos baldios, onde não se percebe a presença de um poder público atuante, são ambientes propícios a atividades criminosas. Essa temática é abordada pelos estudos sobre Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental (CEPTED). Ver: Rau (2008) Cozens (2008), entre outros.

2 - WAISELFISZ, J.J. Mapa da violência dos municípios brasileiros, 2008.

Referências

BEZERRA, Anselmo C. **Subsídios à Gestão Territorial do Programa de Saúde Ambiental**: contribuição da geografia a construção de mapas operacionais para a territorialização dos Agentes de Saúde Ambiental no Recife – PE. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Brasil. Ministério da saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Serie B. textos básicos de saúde, Brasília, DF, 2005



Brasil. Ministério da saúde. Temático Prevenção de violência e cultura de paz, Brasília, Organização Panamericana de saúde 2008. (Painel de indicadores dos SUS nº 5)

COZENS, Paul. **Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) in Western Australia**: Planning for Sustainable Urban Futures. International Journal of Sustainable Development and Planning 3. 2008, pp. 272-292.

MENDES, R. **Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos**: os casos de Jundiá e Maceió. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública/USP, 2000. (Tese de Doutorado).

MICHAUD, Y. A Violência, São Paulo: Ática, 1989

MINAYO, M.C.S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros, In: Brasil. Ministério da saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Serie B. textos básicos de saúde, Brasília, DF, 2005

RAU, Macarena. **Prevención de la Delincuencia Mediante el Diseño Ambiental**. In: Seminário Espaços Urbanos Seguros, 2008, Recife. Disponível em: <<http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/eventsP-20080916.html>> Acesso em: 10/11/2008.

RIGHETTI, S. **Condições ambientais e bem estar social são fatores que influenciam saúde da população** (artigo). Cienc. Cult. vol.56 nº2, São Paulo, Apr./June 2004.

RODRIGUES et.al. **Os custos da violência para o sistema público de saúde no Brasil**: informações disponíveis e possibilidades de estimação. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25 (1):29-36, jan, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SOARES, R. Welfare **Costs of Crime and Common Violence**: A Critical Review. In: SKAPERDAS, S.et. al. The Costs of Violence. Social Development Department, The World Bank , 2009.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência: os jovens do Brasil**: versão para web. Brasília: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.